AGRICULTURA E MODERNIDADE*

Milton Francisco Pinto**

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar o processo de modernização da agricultura brasileira, a partir do entendimento das transformações estruturais da sociedade capitalista, A análise procura englobar as transformações ocorridas na agricultura a partir da década de 50, sem perder de vista o contexto mundial. Nesse sentido, buscamos compreender o sentido próprio da modernização que, contraditoriamente, tem sido homogeneizador e excludente, ao tempo em que postulamos um novo sentido para este processo. Em seguida demonstramos quais as conseqüências da modernização da agricultura brasileira, traduzida na intensificação das forças produtivas no campo, enfatizando a atuação do Estado, enquanto agente regulador da atividade econômica.

Na análise do papel do Estado no processo modernizador, buscamos traçar um paralelo com as políticas fordistas-keinesyanas, adotadas nos países desenvolvidos, destacando suas conseqüências sobre a atividade agrícola, tanto nestes países, como no Brasil. Finalmente, buscamos compreender as transformações ocorridas no bojo da própria modernidade capitalista, a partir da reflexão sobre as mudanças econômicas, sociais e espaciais ocorridas neste final de século.

---

* Este trabalho constitui parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada *Espaço, Citricultura e Trabalho Temporário no Centro-Sul de Sergipe, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.*

** Mestre em Geografia da Agricultura pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGEO.

ONDE ESTÁ A MODERNIDADE ?

Na sociedade atual, o espaço possui um caráter cada vez mais mundializado, pois os fatos que ocorrem a nível local, são causados por demandas quase sempre externas. Assim, compreender uma parcela qualquer do espaço passa, necessariamente, pelo entendimento da totalidade mundial. No entanto, a mundialização das relações apenas explica, em parte, a vida no lugar, que é repleto de especificidades. Esta mundialização somente foi viabilizada por e a partir do processo "modernizador" da sociedade.

Desde que a humanidade tomou consciência de seu potencial transformador, o processo histórico tem passado por várias modernizações. O período que a humanidade denomina "moderno" corresponde a uma parcela do tempo histórico, que coincide com a revolução nas formas de produzir a vida - ideológica, cultural, política e economicamente, período que marca o domínio do modo de produção capitalista.

A "modernidade" é marcada pela hegemonia da razão, efetivada pela ciência e pela técnica, em detrimento da hegemonia do poder divino, efetivado pela religião. A força da razão suprime a subjetividade do ser, sufocando a maior parte dos seus projetos de vida independente e inserindo-os numa lógica comandada externamente.

O ser humano sempre buscou a liberdade. Mas a sua história é marcada pela negação desse princípio, pois o que sempre predominou foram totalizações, tanto de "direita" quanto de "esquerda", atropelando a liberdade individual e/ou coletiva. A "modernidade" é uma forma de totalização, pois se baseia na supressão do sujeito enquanto ator independente, portador de um propósito definido. Esta se baseia nos projetos de atores dominadores que seguem o princípio da "racionalidade" Nesse sentido, TOURAINE [1], afirma: *"A idéia de modernidade definiu-se como o contrário de uma construção cultural, como a revelação de uma realidade objetiva (.) A modernidade é a antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída dos estado natural e a entrada na idade da razão".*

Para TOURAINE, enquanto eliminar uma das suas partes - o sujeito - a

[1] TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 216.

modernidade não pode existir. Só existirá quando houver uma interação entre o sujeito e a razão: *"A nova modernidade - porque se trata certamente de uma modernidade - une a razão e o sujeito que integram cada um dois dos elementos culturais da modernidade esfacelada. A modernidade que havia recalcado e reprimido metade dela mesma, identificando-se com um modo de modernização conquistador e revolucionário, o da tabula rasa* [2]*, pode finalmente reencontrar as suas duas metades"* [3].

As modernizações capitalistas que predominam no mundo ocidental têm, na separação entre racionalização e subjetivação, um elemento permanente e necessário. Contudo, poucas são as nações, que mesmo sob o mundo "moderno" conhecem um desenvolvimento puramente capitalista [4]. Este modo de produção, apesar de predominante, com relações sociais e de produção muitas vezes antagônicas ao seu desenvolvimento.

No contexto da "modernidade" ocidental capitalista, devemos buscar o entendimento da "modernização" da agricultura brasileira. Nesse contexto compreenderemos, também, a citricultura sergipana.

A "modernização" da agricultura brasileira coincide com o processo de intensificação das forças produtivas no campo. Esse processo é bastante complexo e apresenta diversas faces. Dessa forma, ao referirmo-nos a ele faz-se necessário elucidar aqueles aspectos mais relacionados à abordagem utilizada.

Uma das faces do processo "modernizador" da agricultura brasileira é a transformação de pequenos produtores rurais em assalariados, ou como prefere MARTINS [5], em trabalhadores para o capital.

Um outro aspecto deste processo é que ele não age apenas no sentido de expropriar os pequenos produtores campestres. É também um processo excludente, que não atinge da mesma forma todas os agentes envolvidos na produção do espaço

---

[2] Ibid., p. 19. Para TOURAINE *"a idéia ocidental de modernidade confunde-se com uma concepção puramente endógena da modernização. Esta não é obra de um déspota esclarecido, de uma revolução popular ou da vontade de um grupo dirigente; ela é obra da própria razão e, portanto, principalmente da ciência, da tecnologia e da educação, e as políticas sociais de modernização não devem ter outro objetivo que o de desembaraçar o caminho da razão suprimindo as regulamentações , as defesas corporativas ou as barreiras alfandegárias, criando a segurança e a previsibilidade de que o empresário necessita e formando administradores e operadores competentes e conscienciosos" (...) A razão não reconhece nenhuma aquisição; ao contrário, ela faz tabula rasa das crenças e das formas de organização sociais e políticas que não se baseiem em uma demonstração do tipo científico"*.

[3] Ibid., p. 232.

[4] Idem, Ibid., p. 36.

[5] MARTINS, José de Souza. "A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária". In **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 152.

agrícola, mas cria uma camada social de produtores empobrecidos que adotam como uma das estratégias de sobrevivência o assalariamento, tanto nas grandes quanto nas médias e pequenas propriedades agrícolas.

Não poderíamos também deixar de mencionar, que a "modernização" da agricultura brasileira é espacialmente diferenciada, ou seja, não atinge com a mesma intensidade todas as regiões brasileiras. Mesmo dentro de uma região ou de um estado são encontradas diferenças espaciais marcantes.

No âmbito da "modernização", as culturas agrícolas especializadas foram as mais privilegiadas no sentido de receberem maior apoio creditício e de assistência técnica. São culturas basicamente demandadas pelo mercado externo. Isto faz com que a economia do setor agrícola - principalmente os produtores mais frágeis - seja vulnerável às oscilações do mercado dos países importadores, sofrendo crises no caso de grandes produções e concorrência com outros mercados, ou períodos satisfatórios quando há aumento de demanda provocada pela expansão dos mercados consumidores.

As modificações no cenário agrícola brasileiro concorreram para uma maior interação entre o campo e a cidade, à medida que as indústrias, cada vez mais dependentes das matérias-primas agrárias, passaram a se instalar no campo, criando o que MULLER caracteriza como "Complexo Agroindustrial" [6]. A agricultura passou dos complexos rurais - fazendas com produção e consumo internos - para os complexos agro-industriais. Nesse processo perdeu a produção de vários produtos, antes fabricados pelos próprios agricultores [7].

Com a implantação dos complexos agro-industriais, os processos de produção e de comercialização/circulação da produção agrícola tornaram-se cada vez mais, imbricados ao setor industrial, que passou a regular de forma mais intensa o ritmo da produção no campo.

A modernização no campo brasileiro, iniciada na década de sessenta, teve seu período de maior estímulo nos anos setenta em virtude da maciça aplicação de capital e tecnologia, num processo onde a intervenção do Estado adquiriu largas

---

[6] Ver MULLER, Geraldo. **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989, p. 45-49.

[7] Ver SILVA, José Graziano da. "O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária". In **A Questão Agrária Hoje** (coord. João Pedro Stédile). Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1994, p. 137.

proporções. Nesse período concretizaram-se as mudanças engendradas com o processo "modernizador". Mas a "modernização" da agricultura brasileira não segue um processo evolutivo linear. A partir dos anos 80, novas modificações ocorreram no cenário agrícola do país. No intuito de elucidar essas modificações SILVA [8] aponta as seguintes tendências:

- integração entre os capitais. Não há mais distinção entre capital bancário, industrial ou agrário. Com isto também não existe mais distinção entre burguesia agrária e urbana, nacional e internacional, uma vez que elas atuam conjuntamente no campo;
- redução do papel da pequena produção seja como produtora de bens ou como reserva de mão-de-obra. A pequena produção, grande produtora de bens alimentares, vem perdendo esta posição em virtude das crescentes mudanças no padrão alimentar provocado pelo processo de urbanização, que fez decair o consumo de produtos de subsistência. No que diz respeito ao papel de reservatório de mão-de-obra perde espaço para um crescente mercado de trabalho que surge em volta das pequenas e médias cidades;
- redução da sazonalidade do trabalho temporário em virtude da opção por culturas mais fortemente mecanizáveis ou pela introdução da mecanização em culturas que antes tinham um grau menor de mecanização.

No âmbito da circulação da produção agrícola o processo de industrialização da agricultura demandou novas redes de distribuição das mercadorias e circulação dos fluxos de transporte e informação. Essas novas demandas têm sua correspondente espacial no processo de integração do território nacional através da abertura de vias de circulação e conseqüente interiorização da urbanização [9].

No sentido de evidenciar as modificações ocorridas no processo de distribuição/circulação dos bens produzidos no campo NETTO [10] aponta algumas transformações ocorridas em nível dos agentes envolvidos. Para ele, evoluiu-se de uma rede comandada pelo Estado através das centrais de abastecimento e por firmas de pequeno e médio porte, que operavam regionalmente, ou ainda em casos raros por agentes do poder público local, para uma rede de circulação organizada pelos

---

[8] Ibid., p. 139-141.

[9] Ver SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual.** São Paulo: HUCITEC, 1993, p. 49-56.

[10] Ver NETO, Henrique Fonseca. "Mudanças nas estruturas produtivas agrárias: efeito sobre as relações territoriais sob a ótica das redes de circulação da produção". In **X Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Mimeo, s/d.

segmentos industriais e comerciais urbanos vinculados ao processo modernizador pelas relações de compra e venda de bens e serviços.

Para o citado autor, as mudanças estruturais no campo não surgiram a partir de elementos endógenos, mas pelo fenômeno de extensão do ciclo capitalista urbano que, através de seus agentes, pressionam o setor agrícola *"com o intuito de viabilizar e garantir o acesso aos produtos em quantidade, qualidade e custos compatíveis com suas escalas de produção e/ou de comercialização"* [11]

Vale ressaltar, que o grau de integração entre o setor industrial e o agrícola não aconteceu de maneira homogênea no território nacional. A territorialização da divisão social do trabalho deu-se de forma hierarquizada, polarizada pela região Sudeste, tendo o estado de São Paulo desempenhado o papel de "locomotiva", enquanto o Norte e, principalmente, o Nordeste, desempenham o papel de fornecedores de matéria-prima, força de trabalho e mercado consumidor de bens e idéias produzidas no pólo hegemônico do país.

Os processos ocorridos na agricultura brasileira, a partir dos anos 50/60, estão ligados às transformações por que passa periodicamente o modo capitalista de produção. Por ser um modo de produção revolucionário, no sentido de sua dinâmica, busca sempre superar suas contradições internas, criando novos mecanismos que possibilitem a manutenção do processo de acumulação.

Historicamente, o capitalismo tem superado suas próprias dificuldades a partir de soluções encontradas nelas mesmas. Nesse sentido, na passagem do mercantilismo para o industrialismo, a resistência oferecida pelas corporações de ofício ao desenvolvimento capitalista - uma contradição, tendo em vista que a formação das corporações foi uma das causas do desenvolvimento da burguesia comercial - foi resolvida através do uso do trabalho a domicílio feito junto aos camponeses, sendo que estes também constituíam uma outra contradição ao desenvolvimento capitalista. Na passagem da fase industrial para a fase monopolista, o capital passou, contraditoriamente, a recorrer ao Estado cuja participação na economia era mínima na fase anterior.

No contexto do capital monopolista e das políticas interventoras do Estado "providencial", devemos situar o processo "modernizador" da agricultura brasileira

[11] Ibid., p. 7

sem, contudo, deixar de buscar novas contradições que, na atualidade, apontam para uma outra nova fase no processo de acumulação; práticas que negam muitos aspectos da fase monopolista, também denominada de fordismo, que ainda não foi superado, mas que já começa a ser minado no centro do sistema - países desenvolvidos - e que já começa a influenciar as práticas político-econômicas, culturais e espaciais dos países da periferia - subdesenvolvidos.

O período fordista coincide com o apogeu das práticas econômicas keinesyanas. Ou seja, o período que é caracterizado pela necessidade de unidades industriais com bases territoriais fixas e pela produção em massa de bens, está historicamente situado ao lado do período das políticas estatais, que visavam criar uma infra-estrutura viabilizadora das ações das firmas, assim como da reprodução da classe trabalhadora através da expansão do consumo de bens produzidos pela indústria. Esta fase do capitalismo que se iniciou por volta de 1920, com a formação dos monopólios, teve seu apogeu a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados nacionais passam a interferir maciçamente na economia.

Vale ressaltar, que uma inovação não atinge, de forma homogênea, todos os espaços e nem todas as classes sociais. Nesse sentido, HARVEY [12] afirma: *"nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estados em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por inovações de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores da produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não fordista de subcontratação".*

Enquanto nos países centrais as inovações contribuíram para a melhoria das condições de vida da maior parte da população, nos países periféricos essa modernização serviu, basicamente, para desestabilizar antigas relações sociais, através da inclusão de parcelas do espaço, no esquema de reprodução capitalista mundial.

Durante o fordismo o setor agrícola, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, passou por transformações seja para baratear os produtos agrícolas,

[12] HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Loyola: São Paulo, 1993, p. 132.

como foi o caso dos primeiros, seja pela ocupação de vastas áreas com culturas de exportação e conseqüente expulsão de parte dos camponeses da terra, fato mais característico dos países periféricos.

A reprodução do capitalismo, sob o fordismo, necessitava da ampliação de mercados consumidores para os bens produzidos pela indústria. Nos países centrais o problema da ampliação desse mercado foi resolvido através da intervenção do Estado no sentido de baratear a produção e o custo final dos alimentos. Nesse sentido ABRAMOVAY [13] afirma: *"Antes de fazer da produção agrícola base imediata de acumulação capitalista e extração de mais valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar-se crescentemente a bens não alimentícios e, sobretudo os duráveis".*

Para ABRAMOVAY isso se deu porque *"(...) no capitalismo avançado, não cabe á agricultura transformar-se, antes de tudo, em setor de alta lucratividade, mas, sobretudo, auxiliar no processo geral de moldagem de um novo modelo de consumo e, por aí, de acumulação"* [14].

Os problemas de acumulação e reprodução do sistema capitalista, nos países centrais, encontraram solução na profissionalização dos agricultores, através do incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar, que historicamente tem se mantido muito mais versátil que a agricultura empresarial de base latifundiária. Nesse sentido, países como França e Japão, só para citar alguns, passaram por um processo de reestruturação fundiária onde o objetivo principal foi tornar forte a agricultura familiar e com isso diminuir cada vez mais o ônus dos trabalhadores com a alimentação [15].

Na periferia do capitalismo, os processos engendrados pelo fordismo não provocaram as mesmas transformações ocorridas nos países ricos. No caso específico do Brasil, as transformações ocorridas no setor agrícola, que teve a participação maciça de investimentos estatais, conduziram basicamente à implantação de culturas de exportação (a citricultura se enquadra neste esquema), ocupando grandes extensões

---

[13] Ver ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ANPOCS, 1992, p. 226.
[14] Ibid., p. 228.
[15] Idem, Ibid., p. 228.

de terra. Essa via de desenvolvimento sacrificou sobremaneira a agricultura familiar que contribui com cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro.

De um modo geral, a agricultura sob o fordismo teve sua base produtiva assentada na política de segurança alimentar, fortemente subsidiada pelo Estado, na produção em massa de alimentos acima da demanda, condições que contribuíam para a queda dos preços [16].

O fordismo que comandou a acumulação capitalista nos anos pós-guerra, começa sua decadência a partir de 1970. Comentando sobre a crise do fordismo HARVEY [17] afirma: *"A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante topor da estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulação política e social bem distinta"*.

Os argumentos de HARVEY vão encontrar respaldo empírico cada vez maior a partir dos anos 80. O Estado, que havia sido o grande viabilizador da acumulação capitalista sob o fordismo, vê suas forças esmorecidas diante da exacerbação dos capitais privados, do aumento do poder das corporações, do volume cada vez maior do capital financeiro, que circula numa velocidade cada vez maior, aumentando o perigo de crises, desestabilizando fronteiras, provocando desterritorializações, enfim, engendrando uma nova complexidade social que passou a ser conhecida no meio acadêmico como globalização da economia.

Esse processo é responsável por uma mudança radical nas formas de encarar o mundo, dando margem ao fim de algumas "verdades" e ao surgimento de novas teorias - a teoria do fim da história, por exemplo. Criou também uma insegurança

---

[16] Ver PINAZZA, Luis Antônio. "Os desafios da agricultura". **Folha de São Paulo**. Guia da Safra 1996, 27 de março de 1996, p. 16.

[17] HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Op. cit., p. 140.

geral em relação ao futuro, à garantia do emprego, da cidadania, revigorando territorialismos reprimidos, que chegam mesmo ao extremo do racismo e do neonazismo.

Como não poderia deixar de ser, a reestruturação do capitalismo teve início nos países que comandam este sistema, onde já se fala de uma era pós-industrial, predominando a prestação de serviços e a criação de exportação de idéias, as quais já começam a surtir efeito nas nações periféricas.

Pouco se tem de concreto sobre o novo processo de reestruturação da sociedade. O que predomina são as incertezas, pois mesmo o capitalismo tendo ganhado a condição de único sistema social da atualidade, suas funções estão sendo abaladas como nunca. Lester THUROW [18] compara o capitalismo com as placas tectônicas da crosta terrestre. Para ele, assim como estas estão em constante movimento invisível em relação às demais, afetando-se mutuamente, com as "placas" econômicas está ocorrendo o mesmo. São cinco as "placas" econômicas: a conversão do mundo socialista ao capitalismo; o avanço da tecnologia como o principal da economia; as rápidas alterações da demografia mundial; a globalização do processo econômico; a ausência de liderança político-militar no mundo. O movimento dessas "placas" exige mudanças estruturais na sociedade, as quais ainda não se encontram definidas, causando as incertezas. Estas refletem nos conceitos utilizados para expressarem este fenômeno: pós-modernismo, acumulação flexível, sociedade pós-industrial e sociedade programada. Estes conceitos são, quase sempre, carregados de uma forte carga ideológica.

HARVEY prefere denominar a nova fase do capitalismo de processo de acumulação "flexível". Nega que o capitalismo tenha chegado ao fim e que tenhamos atingido uma sociedade homogeneizada pelos valores da sociedade de consumo. Para ele, as transformações fazem parte da própria dinâmica do capitalismo concorrendo para a reestruturação do sistema. O referido autor define a acumulação "flexível" como sendo *"marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela* (a acumulação flexível)*, apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de*

[18] THUROW, Lester. "O capitalismo rumo a um mundo novo e desconhecido". **Folha de São Paulo.** Caderno 5, 28 de abril de 1996, p. 8.

fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" [19].

TOURAINE prefere denominar a "nova sociedade" de "programada", uma vez que predomina a produção e difusão maciça de bens culturais, substituindo o predomínio dos bens materiais da sociedade industrial. Para este autor, o termo "sociedade pós-industrial" apenas exprime o que o novo processo substitui, ou seja, a predominância da indústria. Já o termo "sociedade programada" exprime que *"o poder de gestão consiste, nessa sociedade, em prever e modificar, opiniões, atitudes, comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura, portanto, em entrar diretamente no mundo dos "valores", em vez de se limitar ao campo da utilidade. A nova importância das indústrias culturais substitui as formas tradicionais de controle social por novos mecanismos de governo dos homens. Invertendo a fórmula antiga, podemos dizer que a passagem da sociedade industrial para a sociedade programada é a da administração das coisas para o governo dos homens, o que exprime muito bem a expressão lançada pelos filósofos da escola de Frankfurt de 'indústrias culturais'"* [20].

Seja qual for a denominação dada ao novo processo de reestruturação social, a realidade é que ele já se faz sentir em todos os países do mundo, mais fortemente nos desenvolvidos, começando a modificar o cotidiano das pessoas, sua forma de produzir, sua cultura, a forma de se organizar e o próprio sentido das reivindicações, que passam a ser muito mais pela defesa e consecução de direitos do que pela mudança na estrutura do poder.

Na agricultura, as mudanças na estrutura social começam a provocar várias transformações. Uma dessas transformações está relacionada ao papel desempenhado pelo Estado que subsidia, cada vez menos, o setor agrícola, causando uma redução dos estoques de alimentos e, em conseqüência, aumentando os preços destes. Enquanto o Estado vai perdendo paulatinamente o papel de regulador da atividade agrícola, o mercado passa cada vez mais a regular os níveis de qualidade da produção. Essa mudança está estreitamente relacionada às transformações por que passa o mercado consumidor.

Para CARMO [21], a fase fordista de produção onde prevalecia a quantidade

---

[19] HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Op. cit., p. 140.

[20] TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Op. cit., p. 259.

[21] CARMO, Maristela Simões do. "Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar". In **XXX III Encontro Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Mimeo, s/d.

de produtos consumidos está sendo substituída por uma nova fase onde o que prevalece é a qualidade dos produtos. Isto ocorre em virtude do mercado consumidor, principalmente nos países centrais, encontrar-se saturado - *mercado de soma zero.* O consumidor passou a se preocupar muito mais com a qualidade que com a quantidade dos produtos, exigindo uma maior variedade. As mudanças no âmbito da demanda instigam uma reestruturação da indústria transformadora de alimentos que, visando manter um patamar possível de lucratividade tornam-se mais flexíveis, mais abertas às variações do mercado, variações que no momento pendem para uma maior agregação de valor aos produtos para atender a um mercado consumidor cada vez mais exigente. Nesse sentido, a referida autora afirma: *"Dentro das grandes tendências predominantes atualmente a nível mundial, e que têm suas repercussões no Brasil, o mercado de soma zero parece ter atingido boa parte do mundo desenvolvido. Nesse mercado de elevada renda per capta, os consumidores estão próximos ou já atingiram o seu máximo de consumo (...) Os consumidores estão atingindo níveis de saciedade nas quantidades físicas e na qualidade de alimentos, de tal sorte que as empresas para conseguir manter seus ganhos de produtividade têm que partir para a diversidade dos seus produtos"* [22].

Mas não é somente pela diversidade que as empresas conseguem manter um padrão possível de acumulação. Para CARMO: *"Garantir mercados através de fusões e aquisições, e expandir a produção em mercados da periferia são também estratégias adotadas para aumentar as vendas e lucros"* [23].

Dessa forma, evidencia-se o ainda desigual caráter da reestruturação do sistema social. Este pode provocar uma nova espacialidade na agricultura dos países periféricos, territorializando-se sob a forma de culturas voltadas para o abastecimento dos exigentes mercados do *norte*, como também pode, em virtude do relativo atraso tecnológico dos países do *sul*, fazer com que estes continuem sendo mercado consumidor de produtos e idéias dos países ricos, fato que, diante da atual relação político-econômica entre o "norte" e o "sul", parece ser mais provável.

A reestruturação do sistema social não modifica o sentido da "modernidade". Mudam os atores hegemônicos, sendo o poder do Estado substituído pelo poder das corporações, mas o sujeito continua subordinado a uma racionalidade alienígena. Ao

[22] Ibid., p. 6.
[23] Idem, Ibid., p. 7.

invés do Estado são as firmas que decidem sobre o que o agricultor deve plantar, quais as técnicas e insumos que deve utilizar. Sendo a modernidade a interação entre a subjetividade e a racionalidade, onde está o moderno? O agricultor somente se inserirá na modernidade, quando passar a participar das decisões que envolvem sua vida, deixando fluir os seus desejos e suas aspirações em detrimento dos projetos totalizantes dos atores dominantes.

Nesse sentido, a "modernidade" da agricultura brasileira e, por extensão, da citricultura sergipana, ainda não constitui a verdadeira modernidade. No entanto, ela deve ser o objetivo dos pequenos agricultores que praticam esta atividade em Sergipe, bem com de todo ser social.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ANPOCS, 1992.

CARMO, Maristela Simões do. "Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar". In **XXXIII Encontro Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Escrito s/d.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

NETTO, Henrique Fonseca. "Mudanças nas estruturas produtivas agrárias: efeito sobre as relações territoriais sob a ótica das redes de circulação da produção". In **X Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Escrito s/d.

SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 16 ed., 1990.

STÉDILE, João Pedro (coordenador). **A questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1994.

THUROW, Lester. "O capitalismo rumo a um mundo novo e desconhecido". In **Folha de São Paulo**, 28 de abril de 1996.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 3 ed. , 1995.

ABSTRACT:

The modernization has been predominance idea of the occidental society. In name of the progress and of the rationality, social relations and ancient productions were suffocated or disappeared. In Brazilian agriculture the modernization can be translated as expansion relations of capitalist production in the agriculture field. This process has caused ample transformations, so much in the territory as in the life of its habitants. The modernization does not satisfy everyone in the means, which they impose strange, models and excludes millions of human beings.